

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova os modelos padrões de documentos relacionados aos atos administrativos do Serviço de Inspeção executado e coordenado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES.

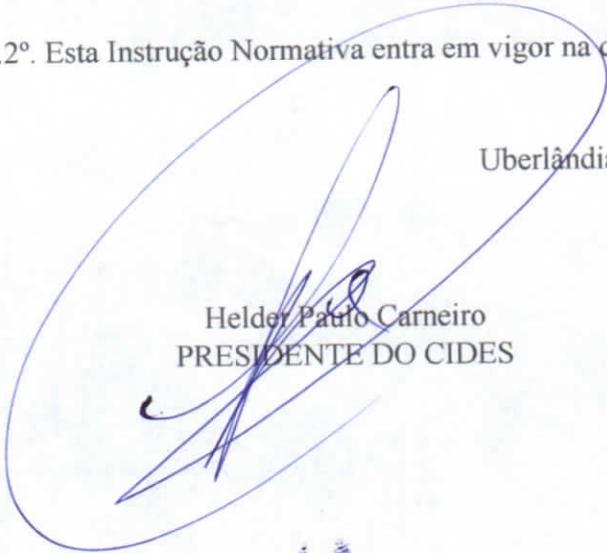
O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, no uso das atribuições legais conforme poderes que lhe conferem o Estatuto e o Protocolo de Intenções CIDES,

RESOLVE:

Art.1º. Ficam aprovados os modelos de documentos utilizados na realização dos atos administrativos derivados da execução do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal coordenado e executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, constantes dos anexos.

Art.2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 01 de novembro de 2022.



Helder Paulo Carneiro
PRESIDENTE DO CIDES

ANEXO I

AUTO DE INFRAÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

Razão Social ou Nome:
REGISTRO (SIM/SIE/ N° CONSÓRCIAL):
Endereço:
Município/UF:
CEP:
CNPJ ou CPF:

Ao(s) xx dia(s) do mês de xxxxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, verifiquei que o estabelecimento acima identificado infringiu o disposto legal abaixo, pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

- 1) Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, *combinado com xxxxxx*: Por *(descrição da infração)*
- 2) Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, *combinado com xxxxxx*: Por *(descrição da infração)*

A(s) infração(ões) acima relatada(s) poderá(ão) acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções: advertência, multa de 1 a 100% do valor máximo previsto em Lei, apreensão ou condenação, suspensão de atividade, interdição total ou parcial do estabelecimento, cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, conforme Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX.

Fica o(a) infrator(a) cientificado(a) de que poderá apresentar defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, protocolizando em representação do XXXX (SEDE DO CONSÓRCIO), no prazo de XXXX (PREVISTO EM NORMATIVA DO CONSÓRCIO), contados da data da cientificação oficial, como dispõe o Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX e o Art. 44 da Lei nº 9.784/99, sob pena do processo tramitar à revelia do(a) autuado(a).

Observação: QUANDO O auto resultar como fator jurígeno não conformidades oriundas de coletas declarar seguinte texto (esta análise pericial tem que constar no escopo legal para atendimento os DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA DO ADMINISTRADO): "Foram colhidas amostras de contraprova, conforme determina o Art. xxx do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX. É facultado ao interessado requerer a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que couber, no prazo de quarenta e oito horas, contado da data da ciência do resultado, conforme disposto no Art. xxx da Resolução /Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

- Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.
- O autuado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Autuante:

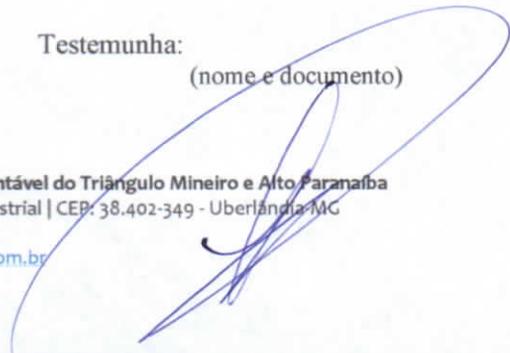
(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Autuado:

(nome e documento)

Testemunha:

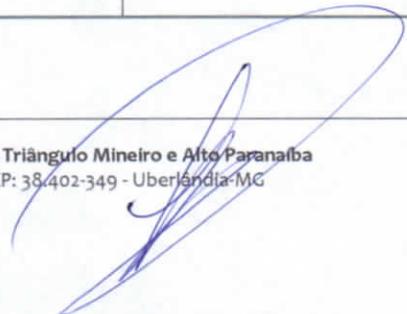
(nome e documento)



ANEXO II

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PARA JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA

1. Processo nº:			
2. Razão Social ou Nome do interessado:			
3. Localização (Município/Estado):			
4. REGISTRO (SIM/SIE/ Nº CONSÓRCIAL):			
5. Assunto: Auto de Infração Nº			
6. Dos fatos: O auto de infração fora lavrado em <i>xx/xx/xxxx</i> pelo Agente Público (médico veterinário oficial) <i>xxxxxxx</i> contra a interessada pela constatação de <i>“(transcrição das irregularidades conforme Auto de Infração)”</i> . A ciência da autuada fora registrada em <i>xx/xx/xxxx</i> , <i>por meio de assinatura do Auto de Infração / por meio do recebimento pelo Correio, conforme Aviso de Recebimento. Na oportunidade, também foram lavrados os documentos (citar outros termos emitidos, por exemplo, Termo de Apreensão...)</i>			
7. Base Legal/Artigos infringidos: Artigo <i>xx</i> , da Resolução <i>XXXXX</i> , <i>combinado com xxxxxx</i>			
8. Histórico do autuado: A autuada é <i>(reincidente ou primária)</i> , conforme consulta ao histórico de infrações anexado ao presente processo			
9. Da defesa: A interessada apresentou defesa no dia <i>xxxxx</i> , atendendo o prazo estabelecido no artigo 59 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, portanto considerada tempestiva, e argumenta que			
<i>OU A interessada apresentou defesa no dia xxxxx tendo ultrapassado o prazo estabelecido no artigo 59 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, portanto é considerada intempestiva OU A interessada não apresentou defesa, sendo considerada revel, conforme Termo de Revelia (ver modelo mais a frente)</i>			
10. Do mérito:			
11. Conclusão:			
12. Proposição da sanção:			
Artigo A Resolução <i>XXXXX</i> , <i>combinado com xxxxxx</i> :	Classificação da infração (constar na lei)	Infração	Valor da Multa:
Inciso <i>xxxx</i>	<i>Leve Moderada Grave Gravíssima</i>	<i>Descrição da infração conforme Auto de Infração</i>	<i>X% do valor máximo = R\$ xxxx</i>
Inciso <i>xxxx</i>	<i>Leve Moderada Grave Gravíssima</i>	<i>Descrição da infração conforme Auto de Infração</i>	<i>X% do valor máximo = R\$ xxxx</i>
Total:			RS (soma dos valores)
13. Local e Data: <i>município UF, xx de de 20xx.</i>			
Relator: <i>xxxxx</i> Assinado digitalmente			





ANEXO III

TERMO ADITIVO N° ____/SIM CIDES/2022

Documento de Referência: **Auto de Infração n.º xxxxxx**

Processo n.º:

IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:
Razão Social ou Nome:
SIM/SIE/ N.º Consorcial:
Endereço:
Município/UF:
CEP:
CNPJ ou CPF:

Ao(s) **xx** dia(s) do mês de **xxxxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxxxxx**, Estado de **xxxxxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO)**, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: **xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n.º **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, constatei erro material no documento acima referenciado e promovo a devida correção para:

Onde se lê: **xxxxxxxxx**;

Leia-se: **xxxxxxxxx**;

Ratifico os demais dizeres do referido documento.

Fica o interessado cientificado de que tem o prazo máximo de **10 (dez) dias**, para encaminhar a defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, à representação **do Município /Estado /consórcio**.

Após o encaminhamento da defesa, ou vencido o prazo para tal, os autos serão julgados pela Autoridade Julgadora e o interessado receberá a respectiva Notificação, informando-lhe das decisões tomadas.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

() Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O autuado recebeu uma via deste documento em ____/____/____

Assinatura do AFFA/MVO:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

ANEXO IV

TERMO DE APREENSÃO N° ____/SIM CIDES/2022

ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

Nome empresarial:		
SIM / SIE / N° CONSÓRCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

Nome empresarial:		
SIM / SIE / N° CONSÓRCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

DEPOSITÁRIO:

Nome:		
RG e CPF:		
Telefone:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, procedi à apreensão junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado, do(s) produto(s) relacionado(s) a seguir, por ter infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	N° REGISTRO	QUANTIDADE

A destinação do(s) produto(s) deverá ser proposta pelo estabelecimento fiscalizado, em observância aos critérios de destinação estabelecidos na Resolução / LEI **XXXXXXX** ou em normas complementares, e apresentada ao Serviço de Inspeção Oficial para deliberação.

O(s) material(is) descrito(s) ficará(ão) sob a guarda do depositário identificado, abaixo assinado, até que fique livre de sua responsabilidade constante neste Termo. A utilização, substituição, subtração ou remoção do(s) mesmo(s) constitui infração à Resolução/ LEI **XXXXXX**, estando sujeito às penalidades previstas.

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela apreensão:

(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em ____/____/____

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em ____/____/____

Assinatura do Depositário:

(nome e documento)



ANEXO V

TERMO DE APREENSÃO CAUTELAR Nº ____/SIM CIDES/2022

ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

Nome empresarial:		
SIM / SIE / CONSÓRCIO:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

Nome empresarial:		
SIM / SIE / CONSÓRCIO		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

DEPOSITÁRIO:

Nome:		
RG e CPF:		
Telefone:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, procedi à apreensão junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado, do(s) produto(s) relacionado(s) a seguir, por ter infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	Nº REGISTRO	QUANTIDADE

A Liberação do(s) produto(s) fica condicionada a:

O material(is) descrito(s) ficará(ao) sob a guarda do depositário identificado, abaixo assinado, até que fique livre de sua responsabilidade constante neste Termo. A utilização, substituição, subtração ou remoção do(s) mesmo(s) constitui infração à Resolução/Lei _____ estando sujeito às penalidades previstas.

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela apreensão:

(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em ____/____/____

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em ____/____/____

Assinatura do Depositário:

(nome e documento)



ANEXO VI

TERMO DE COLHEITA DE AMOSTRAS Nº ____ /SIM CIDES/2022

ESTABELECEMENTO FISCALIZADO:

Nome empresarial:		
SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

ESTABELECEMENTO FABRICANTE:

Nome empresarial:		
SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

Ao(s) **xx** dia(s) do mês de **xxxxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxxxxxx**, Estado de **xxxxxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, colhi para fins de análises laboratoriais, amostras dos produtos relacionados abaixo, junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado:

Produto	Nº Registro do produto	Marca	Quantidade	Fabricação	Nº da SOA*

* Solicitação Oficial de Análise

Nº da SOA	Lacre Amostra	Lacre Contraprova Laboratório	Lacre Contraprova Empresa

Observação: conforme estabelecido no Art. 470 da Resolução nº 9.013/2017 (RIISPOA), as amostras para análise físico-química são coletadas em triplicata, sendo uma entregue ao responsável pelo produto, que deve garantir a sua conservação e integridade física. Não são coletadas amostras fiscais em triplicata para fins de análise pericial, nos casos previstos em seu parágrafo 3º - análises microbiológicas. **TAL DISPOSITIVO TEM QUE SER COLOCADO EM LEI E TEM COMO EXPLICAÇÃO TÉCNICA A VARIABILIDADE MICROBIOLÓGICA EM PRODUTOS ALIMENTÍCEOS EM VIRTUDE DAS ALTERAÇÕES FÍSICO QUÍMICAS QUE NORMALMENTE OCORREM COM O ALIMENTO EM RAZÃO DO TEMPO.**

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

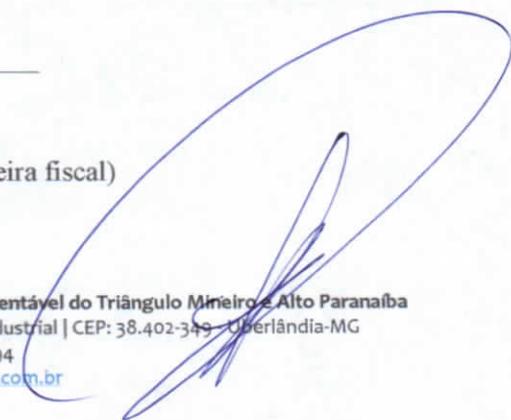
O interessado recebeu uma via deste documento em ____ / ____ / ____

Assinatura do Responsável pela colheita:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)





ANEXO VII

TERMO DE CONDENAÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

Nome empresarial:		
SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, determinei a CONDENAÇÃO do(s) produto(s) relacionado(s) abaixo, por ter(em) infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

IDENTIFICAÇÃO DO(S) MATERIAL(IS):

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	Nº REGISTRO	QUANTIDADE

A empresa deve apresentar os registros auditáveis que comprovem o tratamento realizado para inutilização, quando a mesma não for realizada na presença do SIF.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___ / ___ / ___

Assinatura do Responsável pela condenação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

ANEXO VIII

TERMO DE DESINTERDIÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:		
SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

Ao(s) ___ dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, conforme Termo de Interdição nº xxx/xxx/xxxx constante no processo xxxxxxxx, no estabelecimento acima identificado, procedi a desinterdição:

- () Total das instalações
- () Parcial, das instalações abaixo relacionadas:
 - 1- (descrição da 1ª instalação)
 - 2- (descrição da 2ª instalação)

A presente desinterdição foi feita com base no Art. XXX §2º da Resolução / LEI XXXX, em função da constatação (descrição das ações realizadas para atendimento das exigências que motivaram a interdição), atendendo a(s) exigência(s) descrita(s) no Termo de Interdição referido.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela desinterdição:
(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:
(nome e documento)



ANEXO IX

TERMO DE INTERDIÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:		
SIM /SIE / Nº CONSORCIAL :		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, procedi a interdição:

- () Total das instalações
() Parcial, da(s) instalação(ões) abaixo relacionada(s):
1- *(descrição da 1ª instalação)*
2- *(descrição da 2ª instalação)*

A presente interdição foi feita em consequência da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):
1- *(descrição das irregularidades constatadas na 1ª instalação)*
2- *(descrição das irregularidades constatadas na 2ª instalação)*

Que infringiram os dispositivos legais:
1- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a interdição da 1ª instalação)*
2- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a interdição da 2ª instalação)*

A desinterdição será efetuada somente após a comprovação do restabelecimento das condições de funcionamento da(s) instalação(ões) relacionada(s).

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela interdição:
(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:
(nome e documento)

ANEXO X

TERMO DE INTIMAÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:		
SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, em virtude da(s) motivação(ões) descrita(s) abaixo, intimo o estabelecimento acima identificado a satisfazer a(s) exigência(s) relacionadas abaixo, no prazo estipulado:

Motivação(ões) verificada(s):

- 1- *(descrição 1ª motivação)*
- 2- *(descrição 2ª motivação)*

Exigência(s):

- 1- *(descrição da exigência para a 1ª motivação)*
- 2- *(descrição da exigência para a 2ª motivação)*

Prazo para cumprimento da(s) exigência(s):

- 1- *(prazo definido para a 1ª motivação)*
- 2- *(prazo definido para a 2ª motivação)*

O(s) prazo(s) definidos começam a contar a partir do recebimento desta Intimação. O não atendimento desta intimação constitui infração à Resolução / LEI **XXX** e implicará a continuidade do processo à revelia do interessado, conforme as disposições da Lei 9.784/99, Art. 26, §1º, inciso V, além de prever adoção de outras ações fiscais cabíveis.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela intimação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)



ANEXO XI

Parte I: Termo de Julgamento – Auto de Infração procedente

TERMO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES ____/2022

Processo nº:

Auto de Infração nº:

Autuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

Em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº **xxxxxxx** contra o estabelecimento em epígrafe, considerando o disposto no Art. **XXXXX** da Resolução **XXXXXX**, a regularidade dos procedimentos fiscais, a garantia do amplo direito a defesa e do contraditório e tudo o mais que dos autos consta, acolho o parecer contido no Relatório nº **xxx**, e decido:

I - Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxx**, pela irregularidade "**xxxxxxx**", infringindo (*dispositivo legal*);

II – Aplicar, como sanção administrativa, (*multa/advertência*) no valor de R\$ **xxxx** (*valor por extenso*), com fulcro nos *Art. XXXX Inciso (especificar o inciso)*, Art. **XXXXX** da Resolução nº **XXXXX**

III – *Aplicar, como sanção administrativa (outras sanções previstas EM LEI, quando for o caso)*

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, intimando-o a cumprir as exigências no prazo legal ou, em caso de discordância, recorrer à instância superior, no prazo previsto no Art. **XXXX** da Resolução / Lei nº **XXXXX**. *Em caso de pagamento da GRU, o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A não comprovação do recolhimento ensejará a inscrição na Dívida Ativa da União, conforme previsto no Art. xxxxx da Resolução / lei.*

Local, xx de xxxxxxxx de 20xx

Chefe do **SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)**

() Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O autuado recebeu uma cópia deste documento em ___/___/___

Assinatura do Autuado:

(nome e documento)

ANEXO XII

Parte 2: Termo de Julgamento – Auto de Infração improcedente

TERMO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:

Auto de Infração nº:

Autuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

Em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº **xxxxxxx** contra o estabelecimento em epígrafe, considerando o disposto no Art. Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER O SEQUENCIAL DAS RELATORIAS PARA NÃO PERDER RITO PROCESSUAL**), e decido:

I - Julgar improcedente o auto de infração nº **xxxx**;

II – Cancelar o Auto de Infração supracitado.

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Chefe do **SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)**

() Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O autuado recebeu uma cópia deste documento em ___/___/___

Assinatura do Autuado:

(nome e documento)

ANEXO XIII

Parte 1: Termo de Julgamento – manter sanção

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:
Serviço de Inspeção:
Auto de Infração nº:
Autuado:
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**), no uso das atribuições que lhe confere portaria (**de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA**), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxxxx**

II – Manter a sanção administrativa de multa no valor de R\$ **xxxxxx** (**valor por extenso**), de acordo com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (SEI nº **xxx**).

III – Manter, como sanção administrativa (outras sanções previstas no Art. 508, quando for o caso)

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução. *Quando do pagamento da GRU, o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A não comprovação do recolhimento ensejará a inscrição na Dívida Ativa da União, conforme previsto no Art. 529 do RIISPOA.*

Local, xx de xxxxxxxx de 20xx

Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**)

ANEXO XIV

Parte 2: Termo de Julgamento – aumentar sanção

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº **XXX/SERVIÇO XXX/ANO**

Processo nº:
Serviço de Inspeção:
Auto de Infração nº:
Autuado:
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Município/UF:

O Diretor do **SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)**, no uso das atribuições que lhe confere portaria (*de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA*), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxxxx**

II – Aumentar a sanção administrativa de multa do valor de R\$ **xxxx** (*valor por extenso*) para R\$ **xxxx** (*valor por extenso*), em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (*citar o relatório*).

III – Aplicar, como sanção administrativa (outras sanções previstas no Art. 508, quando for o caso)

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, e cumprindo o Art. 64 da Lei nº 9.784/1999. *Quando do pagamento da MULTA (DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DO CONSÓRCIO), o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Consórcio e conforme previsão legal*

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (*pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal*)

ANEXO XV

Parte 3: Termo de Julgamento – reduzir sanção

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº XXX/SERVIÇO XXX/ANO

Processo nº:
Serviço de Inspeção:
Auto de Infração nº:
Autuado:
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**), no uso das atribuições que lhe confere portaria (**de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA**), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº **xxxxxx**

II – Reduzir a sanção administrativa de multa do valor de R\$ **xxxx** (**valor por extenso**), para R\$ **xxxx** (**valor por extenso**), em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL e citar**).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução. *Quando do pagamento da MULTA (DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO / ESTADO / CONSÓRCIO), o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Consórcio e conforme previsão legal*

Local, xx de xxxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (**pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal**)



ANEXO XVI

Parte 4: Termo de Julgamento – aplicar advertência

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:
Serviço de Inspeção:
Auto de Infração nº:
Autuado:
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Município/UF:

Diretor do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO), no uso das atribuições que lhe confere portaria (de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA), e com base no estabelecido pelo Art. XXXX da Resolução XXX, considerando as informações constantes no processo xxxxxx e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº xxxxx

II – Cancelar o Auto de Multa (sequencial), para que seja aplicada a penalidade de Advertência, em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL e citar).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

Local, xx de xxxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal)

ANEXO XVII

Parte 5: Termo de Julgamento – cancelar

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:
Serviço de Inspeção:
Auto de Infração nº:
Autuado:
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (**AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO**), no uso das atribuições que lhe confere portaria (**de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA**), e com base no estabelecido pelo Art. **XXXX** da Resolução **XXX**, considerando as informações constantes no processo **xxxxxx** e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (**IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL**), e decide

I - Julgar improcedente o Auto de Infração nº **xxxx**;

II – Cancelar o Auto de Infração supracitado e seu respectivo Auto de Multa (**manter sequencial**).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

Local, xx de xxxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (**pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal**)



ANEXO XVIII

TERMO DE LIBERAÇÃO N° _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:		
SIM/SIE/ N° CONSORCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITÁRIO:

Nome:		
RG e CPF:		
Telefone:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, **CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx**, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, tendo em vista (**MOTIVAÇÃO**) determinei a LIBERAÇÃO do(s) material(is) relacionado(s) abaixo para (**DESTINAÇÃO**), com base no disposto (**Art. da Resolução XXXX**), ficando o depositário livre de sua responsabilidade constante no Termo de Apreensão Cautelar n° **xxx/C.L.F/ANO**.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) MATERIAL(IS):

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	N° Registro do produto	QUANTIDADE

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela liberação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Depositário:

(nome e documento)



ANEXO XIX

TERMO DE REVELIA

Processo n°:

Auto de Infração n°:

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

Razão Social ou Nome:
SIM/SIE/ N° CONSORCIAL:
Endereço:
Município/UF:
CEP:
CNPJ ou CPF:

Findo o prazo de que trata o Artigo **xxx** da Resolução **xxxx**, sem que o interessado tenha apresentado defesa escrita ao Auto de Infração acima referido, é o autuado considerado **REVEL**.

Local, xx de xxxxxxxx de 20xx

ANEXO XX

TERMO DE SUSPENSÃO CAUTELAR Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:		
SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:		
Endereço:	Município/UF:	CEP:
CNPJ / CPF:		

Ao(s) **xx** dias do mês de **xxxx** do ano de **xxxx**, no município de **xxxxxxxxx**, Estado de **xxxx**, eu, **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF **xxxx**, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: **xxxx**), no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº **XXX**, regulamentada pela Resolução **XXXXX**, com base no Art. **XXX** da Resolução/ LEI **XXXX**, no estabelecimento acima identificado, procedi a suspensão:

Da(s) atividade(s) / processo(s) de fabricação / etapa(s) abaixo relacionada(s):

- 1- *(descrição 1ª atividade / processo / etapa)*
- 2- *(descrição 2ª atividade / processo / etapa)*

A presente suspensão foi feita em consequência da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

- 1- *(descrição das irregularidades constatadas para 1ª suspensão)*
- 2- *(descrição das irregularidades constatadas para 2ª suspensão)*

Que infringiram os dispositivos legais:

- 1- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a 1ª suspensão)*
- 2- *(descrição dos dispositivos legais que embasam a 2ª suspensão)*

A retomada da(s) atividade(s) será efetuada somente após a comprovação da cessação da(s) causa(s) que motivou(aram) a adoção da medida.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela interdição:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)



ANEXO XXI

TERMO DE ADVERTÊNCIA	Nº
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	SIM Nº:
ENDEREÇO:	
CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:	
LOCAL DA INFRAÇÃO:	
DATA:	HORÁRIO:
DESCRIÇÃO DA ADVERTÊNCIA:	
DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS:	
ASSINATURA DO SERVIDOR DO SIMC	
Fica o(a) advertido(a) ciente de que a reincidência implicará em outras penalidades previstas legalmente.	
Ciente, recebi em, ____ de _____ de _____.	
ADVERTIDO(A), ASSINATURA E CPF	
TESTEMUNHA, ASSINATURA E CPF	
TESTEMUNHA, ASSINATURA E CPF	
1ª VIA AUTUADO E 2ª VIA ARQUIVO	



ANEXO XXII

Modelos de Avisos de Registro, Transferência de Registro e de Cancelamento de Registro no SIM-CIDES

AVISO DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA REGISTRO no Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXX, nome fantasia XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, sob o SIM-CIDES XXX, Processo nº, e concomitante registro no e-SISBI desde ____ de _____ de 202_.

Uberlândia, ____ de _____ de 202_.

XXXXXXXXXXXXX
Médico Veterinário Oficial
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX
Coordenador do SIM-CIDES



ANEXO XXII

AVISO DE TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA a TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO no SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para a pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a partir de ___ de _____ de 202_.

Dessa forma, procedeu-se baixa e arquivo do Processo nº, pertinente à pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; e abertura do Processo nº, referente à pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a qual protocola novo contrato social; estrutura societária bem como demais documentos pertinentes ao credenciamento ao SIM-CIDES XXX.

Uberlândia, ___ de _____ de 202_.

XXXXXXXXXXXXX
Médico Veterinário Oficial
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX
Coordenador do SIM-CIDES



ANEXO XXII

AVISO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA O CANCELAMENTO, de ofício/a requerimento, DO REGISTRO no Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXX, nome fantasia XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, sob o SIM-CIDES XXX, Processo nº, e concomitante baixa do seu registro no e-SISBI.

Uberlândia, ____ de _____ de 202_.

XXXXXXXXXXXXX
Médico Veterinário Oficial
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX
Coordenador do SIM-CIDES

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova os modelos padrões de documentos relacionados aos atos administrativos do Serviço de Inspeção executado e coordenado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES.

O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, no uso das atribuições legais conforme poderes que lhe conferem o Estatuto e o Protocolo de Intenções CIDES,

RESOLVE:

Art.1º. Ficam aprovados os modelos de documentos utilizados na realização dos atos administrativos derivados da execução do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal coordenado e executado pelo Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, constantes dos anexos.

Art.2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia, 01 de novembro de 2022.

HELDER PAULO CARNEIRO

Presidente do CIDES

ANEXO I

AUTO DE INFRAÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022
IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

Razão Social ou Nome:

REGISTRO (SIM/SIE/ Nº CONSÓRCIAL):

Endereço:

Município/UF:

CEP:

CNPJ ou CPF:

Ao(s) xx dia(s) do mês de xxxxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, verifiquei que o estabelecimento acima identificado infringiu o disposto legal abaixo, pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, combinado com xxxxx: Por (descrição da infração)

Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, combinado com xxxxx: Por (descrição da infração)

A(s) infração(ões) acima relatada(s) poderá(ão) acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções: advertência, multa de 1 a 100% do valor máximo previsto em Lei, apreensão ou condenação, suspensão de atividade, interdição total ou parcial do estabelecimento, cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, conforme Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX.

Fica o(a) infrator(a) cientificado(a) de que poderá apresentar defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, protocolizando em representação do XXXX (SEDE DO CONSÓRCIO), no prazo de XXXX (PREVISTO EM NORMATIVA DO CONSÓRCIO), contados da data da identificação oficial, como dispõe o Art. XXX do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução

XXXXX e o Art. 44 da Lei nº 9.784/99, sob pena do processo tramitar à revelia do(a) autuado(a).

Observação: QUANDO O auto resultar como fator jurígeno não conformidades oriundas de coletas declarar seguinte texto (esta análise pericial tem que constar no escopo legal para atendimento os DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA DO ADMINISTRADO): "Foram colhidas amostras de contraprova, conforme determina o Art. xxx do Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX. É facultado ao interessado requerer a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que couber, no prazo de quarenta e oito horas, contado da data da ciência do resultado, conforme disposto no Art. xxx da Resolução /Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

() Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O autuado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Autuante:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Autuado: Testemunha:

(nome e documento) (nome e documento)

ANEXO II

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PARA JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA

1. Processo nº:

2. Razão Social ou Nome do interessado:

3. Localização (Município/Estado):

4. REGISTRO (SIM/SIE/ Nº CONSÓRCIAL):

5. Assunto: Auto de Infração Nº

6. Dos fatos: O auto de infração fora lavrado em xx/xx/xxxx pelo Agente Público (médico veterinário oficial) xxxxxxxx contra a interessada pela constatação de "(transcrição das irregularidades conforme Auto de Infração)". A ciência da autuada fora registrada em xx/xx/xxxx, por meio de assinatura do Auto de Infração / por meio do recebimento pelo Correio, conforme Aviso de Recebimento. Na oportunidade, também foram lavrados os documentos (citar outros termos emitidos, por exemplo, Termo de Apreensão...)

7. Base Legal/Artigos infringidos: Artigo xx, da Resolução XXXXX, combinado com xxxxxx

8. Histórico do autuado: A autuada é (reincidente ou primária), conforme consulta ao histórico de infrações anexado ao presente processo

9. Da defesa: A interessada apresentou defesa no dia xxxxx, atendendo o prazo estabelecido no artigo 59 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, portanto considerada tempestiva, e argumenta que

.....

OU A interessada apresentou defesa no dia xxxxx tendo ultrapassado o prazo estabelecido no artigo 59 da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, portanto é considerada intempestiva OU A interessada não apresentou defesa, sendo considerada revel, conforme Termo de Revelia (ver modelo mais a frente)

10. Do mérito:

11. Conclusão:

12. Proposição da sanção:

Artigo A	Classificação da infração	Descrição da infração conforme Auto de Infração	Valor da Multa:
Resolução XXXXX combinado com xxxxxx	infração (constar na lei)		
Inciso xxxx	Leve Moderada Grave Gravíssima	Descrição da infração conforme Auto de Infração	X% do valor máximo = R\$ xxxx
Inciso xxxxx	Leve Moderada Grave Gravíssima	Descrição da infração conforme Auto de Infração	X% do valor máximo = R\$ xxxx
		Total:	R\$ (soma dos valores)

13. Local e Data: *município/UF*, xx de de 20xx.

Relator: xxxxx Assinado digitalmente

ANEXO III

TERMO ADITIVO N° _____/SIM CIDES/2022

Documento de Referência: Auto de Infração n.º xxxxx

Processo n°:

IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO:

Razão Social ou Nome:

SIM/SIE/ N° Consorcial:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

CNPJ ou CPF:

Ao(s) xx dia(s) do mês de xxxxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO), IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, constatei erro material no documento acima referenciado e promovo a devida correção para:

Onde se lê: xxxxxxxx;

Leia-se: xxxxxxxx;

Ratifico os demais dizeres do referido documento.

Fica o interessado cientificado de que tem o prazo máximo de **10 (dez) dias**, para encaminhar a defesa por escrito, acompanhada das provas que entender necessárias, à representação do Município /Estado /consórcio.

Após o encaminhamento da defesa, ou vencido o prazo para tal, os autos serão julgados pela Autoridade Julgadora e o interessado receberá a respectiva Notificação, informando-lhe das decisões tomadas.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

() Encaminhado ao autuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O autuado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do AFFA/MVO:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

ANEXO IV

TERMO DE APREENSÃO N° _____/SIM CIDES/2022

ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

Nome empresarial:

SIM / SIE / N ° CONSÓRCIAL:

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

Nome empresarial:

SIM / SIE / N ° CONSÓRCIAL:

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

DEPOSITÁRIO:

Nome:

RG e CPF:

Telefone:

Endereço: Município/UF: CEP:

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx,

no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, procedi à apreensão junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado, do(s) produto(s) relacionado(s) a seguir, por ter infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	Nº REGISTRO	QUANTIDADE

A destinação do(s) produto(s) deverá ser proposta pelo estabelecimento fiscalizado, em observância aos critérios de destinação estabelecidos na Resolução / LEI XXXXXXX ou em normas complementares, e apresentada ao Serviço de Inspeção Oficial para deliberação.

O(s) material(is) descrito(s) ficará(ão) sob a guarda do depositário identificado, abaixo assinado, até que fique livre de sua responsabilidade constante neste Termo. A utilização, substituição, subtração ou remoção do(s) mesmo(s) constitui infração à Resolução/ LEI XXXXXXX, estando sujeito às penalidades previstas.

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela apreensão:

(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Depositário:

(nome e documento)

ANEXO V

TERMO DE APREENSÃO CAUTELAR Nº ____/SIM CIDES/2022

ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

Nome empresarial:

SIM / SIE / CONSÓRCIO:

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

Nome empresarial:

SIM / SIE / CONSÓRCIO

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

DEPOSITÁRIO:

Nome:

RG e CPF:

Telefone:

Endereço: Município/UF: CEP: Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, procedi à apreensão junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado, do(s) produto(s) relacionado(s) a seguir, por ter infringido o disposto (*legislação*), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	Nº REGISTRO	QUANTIDADE

A Liberação do(s) produto(s) fica condicionada a:

O material(is) descrito(s) ficará(ao) sob a guarda do depositário identificado, abaixo assinado, até que fique livre de sua responsabilidade constante neste Termo. A utilização, substituição, subtração ou remoção do(s) mesmo(s) constitui infração à Resolução/Lei _____ estando sujeito às penalidades previstas.

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:
Assinatura do Responsável pela apreensão:
(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___
Assinatura do Interessado:
(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em ___/___/___
Assinatura do Depositário:
(nome e documento)

ANEXO VI

TERMO DE COLHEITA DE AMOSTRAS N° ____/SIM CIDES/2022

ESTABELECIMENTO FISCALIZADO:

Nome empresarial:
SIM / SIE / N° CONSORCIAL:
Endereço: Município/UF: CEP:
CNPJ / CPF:

ESTABELECIMENTO FABRICANTE

Nome empresarial:
SIM / SIE / N° CONSORCIAL:
Endereço: Município/UF: CEP:
CNPJ / CPF:

Ao(s) xx dia(s) do mês de xxxxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei n° XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, colhi para fins de análises laboratoriais, amostras dos produtos relacionados abaixo, junto ao estabelecimento fiscalizado acima identificado:

Produto	N° Registro do produto	Marca	Quantidade	Fabricação	N° da SOA*

* Solicitação Oficial de Análise

N° da SOA	Lacre Amostra	Lacre Laboratório	Contraprova	Contraprova Empresa

Observação: conforme estabelecido no Art. 470 da Resolução n° 9.013/2017 (RIISPOA), as amostras para análise físico-química são coletadas em triplicata, sendo uma entregue ao responsável pelo produto, que deve garantir a sua conservação e integridade física. Não são coletadas amostras fiscais em triplicata para fins de análise pericial, nos casos previstos em seu parágrafo 3° - análises microbiológicas. TAL DISPOSITIVO TEM QUE SER COLOCADO EM LEI E TEM COMO EXPLICAÇÃO TÉCNICA A VARIABILIDADE MICROBIOLÓGICA EM PRODUTOS ALIMENTÍCEOS EM VIRTUDE DAS ALTERAÇÕES FÍSICO QUÍMICAS QUE NORMALMENTE OCORREM COM O ALIMENTO EM RAZÃO DO TEMPO.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela colheita:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

ANEXO VII

TERMO DE CONDENAÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

ESTABELECIMENTO FABRICANTE OU RESPONSÁVEL PELO(S) MATERIAL(IS):

Nome empresarial:

SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, determinei a CONDENAÇÃO do(s) produto(s) relacionado(s) abaixo, por ter(em) infringido o disposto (legislação), pela constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s): xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

IDENTIFICAÇÃO DO(S) MATERIAL(IS):

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	Nº REGISTRO	QUANTIDADE

A empresa deve apresentar os registros auditáveis que comprovem o tratamento realizado para inutilização, quando a mesma não for realizada na presença do SIF.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela condenação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

ANEXO VIII

TERMO DE DESINTERDIÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:

SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

Ao(s) ___ dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, conforme Termo de Interdição nº xxx/xxx/xxxx constante no processo xxxxxxxx, no estabelecimento acima identificado, procedi a desinterdição:

- () Total das instalações
- () Parcial, das instalações abaixo relacionadas:
(descrição da 1ª instalação)
(descrição da 2ª instalação)

A presente desinterdição foi feita com base no Art. XXX §2º da Resolução / LEI XXXX, em função da constatação (*descrição das ações realizadas para atendimento das exigências que motivaram a interdição*), atendendo a(s) exigência(s) descrita(s) no Termo de Interdição referido.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela desinterdição:
(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:
(nome e documento)

ANEXO IX

TERMO DE INTERDIÇÃO N° _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:

SIM /SIE / N° CONSORCIAL :

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, procedi a interdição:

() Total das instalações

() Parcial, da(s) instalação(ões) abaixo relacionada(s):

(*descrição da 1ª instalação*)

(*descrição da 2ª instalação*)

A presente interdição foi feita em consequência da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

(*descrição das irregularidades constatadas na 1ª instalação*)

(*descrição das irregularidades constatadas na 2ª instalação*)

Que infringiram os dispositivos legais:

(*descrição dos dispositivos legais que embasam a interdição da 1ª instalação*)

(*descrição dos dispositivos legais que embasam a interdição da 2ª instalação*)

A desinterdição será efetuada somente após a comprovação do restabelecimento das condições de funcionamento da(s) instalação(ões) relacionada(s).

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela interdição:
(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:
(nome e documento)

ANEXO X

TERMO DE INTIMAÇÃO N° _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:

SIM / SIE / N° CONSORCIAL:

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, em virtude da(s) motivação(ões) descrita(s) abaixo, intimo o estabelecimento acima identificado a satisfazer a(s) exigência(s) relacionadas abaixo, no prazo estipulado:

Motivação(ões) verificada(s):

*(descrição 1ª motivação)**(descrição 2ª motivação)*

Exigência(s):

*(descrição da exigência para a 1ª motivação)**(descrição da exigência para a 2ª motivação)*

Prazo para cumprimento da(s) exigência(s):

*(prazo definido para a 1ª motivação)**(prazo definido para a 2ª motivação)*

O(s) prazo(s) definidos começam a contar a partir do recebimento desta Intimação. O não atendimento desta intimação constitui infração à Resolução / LEI XXX e implicará a continuidade do processo à revelia do interessado, conforme as disposições da Lei 9.784/99, Art. 26, §1º, inciso V, além de prever adoção de outras ações fiscais cabíveis.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela intimação:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

ANEXO XI

Parte 1: Termo de Julgamento – Auto de Infração procedente

TERMO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº
_____/SIM CIDES ____/2022

Processo nº:

Auto de Infração nº:

Autuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

Em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº xxxxxxxx contra o estabelecimento em epígrafe, considerando o disposto no Art. XXXXX da Resolução XXXXXXX, a regularidade dos procedimentos fiscais, a garantia do amplo direito a defesa e do contraditório e tudo o mais que dos autos consta, acolho o parecer contido no Relatório nº xxx, e decido:

I - Julgar procedente o Auto de Infração nº xxxx, pela irregularidade "xxxxxxx", infringindo *(dispositivo legal)*;

II – Aplicar, como sanção administrativa, *(multa/advertência)* no valor de R\$ xxxx *(valor por extenso)*, com fulcro nos Art. XXXX Inciso *(especificar o inciso)*, Art. XXXXX da Resolução nº XXXXX

III – Aplicar, como sanção administrativa *(outras sanções previstas EM LEI, quando for o caso)*

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, intimando-o a cumprir as exigências no prazo legal ou, em caso de discordância, recorrer à instância superior, no prazo previsto no Art. XXXX da Resolução / Lei nº XXXXX. Em caso de pagamento da GRU, o autuado deverá

encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A não comprovação do recolhimento ensejará a inscrição na Dívida Ativa da União, conforme previsto no Art. xxxxx da Resolução / lei.

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Chefe do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)

() Encaminhado ao atuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O atuado recebeu uma cópia deste documento em ___/___/___

Assinatura do Atuado:
(nome e documento)

ANEXO XII

Parte 2: Termo de Julgamento – Auto de Infração improcedente

TERMO DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:

Auto de Infração nº:

Atuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

Em decorrência da lavratura do Auto de Infração nº xxxxxxxx contra o estabelecimento em epígrafe, considerando o disposto no Art. Art. XXXX da Resolução XXX, considerando as informações constantes no processo xxxxxx e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, o parecer contido no Relatório (IMPORTANTE MANTER O SEQUENCIAL DAS RELATORIAS PARA NÃO PERDER RITO PROCESSUAL), e decido:

I - Julgar improcedente o auto de infração nº xxxx;

II – Cancelar o Auto de Infração supracitado.

Notifique-se o atuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Chefe do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)

() Encaminhado ao atuado por Aviso de Recebimento (AR) dos Correios.

() O atuado recebeu uma cópia deste documento em ___/___/___

Assinatura do Atuado:
(nome e documento)

ANEXO XIII

Parte 1: Termo de Julgamento – manter sanção

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:

Serviço de Inspeção:

Auto de Infração nº:

Atuado:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO), no uso das atribuições que lhe confere portaria (de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA), e com base no estabelecido pelo Art. XXXX da Resolução XXX, considerando as informações constantes no processo xxxxxx e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº xxxxx

II – Manter a sanção administrativa de multa no valor de R\$ xxxxx (valor por extenso), de acordo com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (SEI nº xxx).

III – Manter, como sanção administrativa (outras sanções previstas no Art. 508, quando for o caso)

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução. Quando do pagamento da GRU, o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A não comprovação do recolhimento ensejará a inscrição na Dívida Ativa da União, conforme previsto no Art. 529 do RIISPOA.

Local, xx de xxxxxxxx de 20xx

Diretor do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO)

ANEXO XIV

Parte 2: Termo de Julgamento – aumentar sanção

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº XXX/SERVIÇO XXX/ANO

Processo nº:
 Serviço de Inspeção:
 Auto de Infração nº:
 Autuado:
 SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
 CNPJ/CPF:
 Endereço:
 Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO), no uso das atribuições que lhe confere portaria (de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA), e com base no estabelecido pelo Art. XXXX da Resolução XXX, considerando as informações constantes no processo xxxxxx e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº xxxxx

II – Aumentar a sanção administrativa de multa do valor de R\$ xxxx (valor por extenso) para R\$ xxxx (valor por extenso), em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (citar o relatório).

III – Aplicar, como sanção administrativa (outras sanções previstas no Art. 508, quando for o caso)

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução, e cumprindo o Art. 64 da Lei nº 9.784/1999. Quando do pagamento da MULTA (DOCUMENTO DE ARRECADACÃO DO CONSÓRCIO), o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Consórcio e conforme previsão legal

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal)

ANEXO XV

Parte 3: Termo de Julgamento – reduzir sanção

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº XXX/SERVIÇO XXX/ANO

Processo nº:
Serviço de Inspeção:
Auto de Infração nº:
Autuado:
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO), no uso das atribuições que lhe confere portaria (de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA), e com base no estabelecido pelo Art. XXXX da Resolução XXX, considerando as informações constantes no processo xxxxxx e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº xxxxx

II – Reduzir a sanção administrativa de multa do valor de R\$ xxxx (valor por extenso), para R\$ xxxx (valor por extenso), em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL e citar).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução. *Quando do pagamento da MULTA (DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DO MUNICÍPIO / ESTADO / CONSÓRCIO), o autuado deverá encaminhar comprovante de quitação do débito à representação do Consórcio e conforme previsão legal*

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal)

ANEXO XVI

Parte 4: Termo de Julgamento – aplicar advertência

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:
Serviço de Inspeção:
Auto de Infração nº:
Autuado:
SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Município/UF:

Diretor do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO), no uso das atribuições que lhe confere portaria (de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA), e com base no estabelecido pelo Art. XXXX da Resolução XXX, considerando as informações constantes no processo xxxxxx e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o

parecer contido no Relatório (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL), e decide:

I – Julgar procedente o Auto de Infração nº xxxxx

II – Cancelar o Auto de Multa (sequencial), para que seja aplicada a penalidade de Advertência, em divergência com o estabelecido no Termo de Julgamento em Primeira Instância (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL e citar).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal)

ANEXO XVII

Parte 5: Termo de Julgamento – cancelar

TERMO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA Nº _____/SIM CIDES/2022

Processo nº:
 Serviço de Inspeção:
 Auto de Infração nº:
 Autuado:
 SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
 CNPJ/CPF:
 Endereço:
 Município/UF:

O Diretor do SIM CIDES (AUTORIDADE QUE A RESOLUÇÃO RECONHECER PARA IMPUTAR SANÇÃO), no uso das atribuições que lhe confere portaria (de nomeação para aquela função determinada pela Resolução como autoridade acima da autoridade julgadora – 2ª INSTÂNCIA), e com base no estabelecido pelo Art. XXXX da Resolução XXX, considerando as informações constantes no processo xxxxxx e o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, acolhe o parecer contido no Relatório (IMPORTANTE MANTER SEQUENCIAL), e decide

I - Julgar improcedente o Auto de Infração nº xxxx;

II – Cancelar o Auto de Infração supracitado e seu respectivo Auto de Multa (manter sequencial).

Notifique-se o autuado, na forma da lei, encaminhando-lhe cópia desta decisão e do relatório de instrução.

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

Diretor consórcio / prefeito (pessoa que estiver na instância superior conforme previsão legal)

ANEXO XVIII

TERMO DE LIBERAÇÃO Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:
 SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:
 Endereço: Município/UF: CEP:
 CNPJ / CPF:

IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITÁRIO:

Nome:
 RG e CPF:
 Telefone:
 Endereço: Município/UF: CEP:

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, tendo em vista (MOTIVAÇÃO) determinei a LIBERAÇÃO do(s) material(is) relacionado(s) abaixo para (DESTINAÇÃO), com base no disposto (Art. da Resolução XXXX), ficando o depositário livre de sua responsabilidade constante no Termo de Apreensão Cautelar nº xxx/C.I.F/ANO.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) MATERIAL(IS):

PRODUTO	MARCA	FABRICAÇÃO	VALIDADE	LOTE	Nº Registro do produto	QUANTIDADE

Pelo que, lavrei o presente em 3 (três) vias, e:

Assinatura do Responsável pela liberação:
(nome, cargo e carteira fiscal)

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Interessado:
(nome e documento)

O Depositário recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Depositário:
(nome e documento)

ANEXO XIX

TERMO DE REVELIA

Processo nº:

Auto de Infração nº:

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

Razão Social ou Nome:

SIM/SIE/ Nº CONSORCIAL:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

CNPJ ou CPF:

Findo o prazo de que trata o Artigo xxx da Resolução xxxx, sem que o interessado tenha apresentado defesa escrita ao Auto de Infração acima referido, é o autuado considerado REVEL.

Local, xx de xxxxxxx de 20xx

ANEXO XX

TERMO DE SUSPENSÃO CAUTELAR Nº _____/SIM CIDES/2022

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

Nome empresarial:

SIM / SIE / Nº CONSORCIAL:

Endereço: Município/UF: CEP:

CNPJ / CPF:

Ao(s) xx dias do mês de xxxx do ano de xxxx, no município de xxxxxxxx, Estado de xxxx, eu, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Médico(a) Veterinário(a) CRMV-UF xxxx, CARGO (MÉDICO VETERINÁRIO OFICIAL OU ANÁLOGO, IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL: xxxx, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº XXX, regulamentada pela Resolução XXXXX, com base no Art. XXX da Resolução/ LEI XXXX, no estabelecimento acima identificado, procedi a suspensão:

Da(s) atividade(s) / processo(s) de fabricação / etapa(s) abaixo relacionada(s):

*(descrição 1ª atividade / processo / etapa)**(descrição 2ª atividade / processo / etapa)*

A presente suspensão foi feita em consequência da constatação da(s) seguinte(s) irregularidade(s):

*(descrição das irregularidades constatadas para 1ª suspensão)**(descrição das irregularidades constatadas para 2ª suspensão)*

Que infringiram os dispositivos legais:

*(descrição dos dispositivos legais que embasam a 1ª suspensão)**(descrição dos dispositivos legais que embasam a 2ª suspensão)*

A retomada da(s) atividade(s) será efetuada somente após a comprovação da cessação da(s) causa(s) que motivou(aram) a adoção da medida.

Pelo que, lavrei o presente em 2 (duas) vias, e:

O interessado recebeu uma via deste documento em ___/___/___

Assinatura do Responsável pela interdição:

(nome, cargo e carteira fiscal)

Assinatura do Interessado:

(nome e documento)

ANEXO XXI

TERMO DE ADVERTÊNCIA

Nº

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

SIM Nº:

ENDEREÇO:

CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:

LOCAL DA INFRAÇÃO:

DATA:

HORÁRIO:

DESCRIÇÃO DA ADVERTÊNCIA:

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS:

ASSINATURA DO SERVIDOR DO SIMC

ANEXO XXII

Modelos de Avisos de Registro, Transferência de Registro e de Cancelamento de Registro no SIM-CIDES

AVISO DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA REGISTRO no Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXX, nome fantasia XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, sob o SIM-CIDES XXX, Processo nº, e concomitante registro no e-SISBI desde ___ de _____ de 202_.
Uberlândia, ___ de _____ de 202_.

XXXXXXXXXXXXX

Médico Veterinário Oficial

SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX

Coordenador do SIM-CIDES

ANEXO XXII

AVISO DE TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal

nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA a TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO no SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para a pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXX, a partir de ___ de _____ de 202_.

Dessa forma, procedeu-se baixa e arquivo do Processo nº, pertinente à pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX; e abertura do Processo nº, referente à pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a qual protocola novo contrato social; estrutura societária bem como demais documentos pertinentes ao credenciamento ao SIM-CIDES XXX.

Uberlândia, ___ de _____ de 202_.

XXXXXXXXXXXXX
Médico Veterinário Oficial
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX
Coordenador do SIM-CIDES

ANEXO XXII

AVISO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO NO SIM-CIDES

O Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, em consonância com a Lei Federal nº 1.283/1950, com o Decreto Federal nº 9.013/2017 e com a Resolução CIDES nº 10/2022, COMUNICA O CANCELAMENTO, de ofício/a requerimento, DO REGISTRO no Serviço de Inspeção Municipal CIDES – SIM-CIDES, da pessoa jurídica XXXXXXXXXXXXXXX, nome fantasia XXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ XXXXXXXXXXXXXXX, sob o SIM-CIDES XXX, Processo nº, e concomitante baixa do seu registro no e-SISBI.

Uberlândia, ___ de _____ de 202_.

XXXXXXXXXXXXX
Médico Veterinário Oficial
SIM-CIDES

XXXXXXXXXXXXX
Coordenador do SIM-CIDES

Fica o(a) advertido(a) ciente de que a reincidência implicará em outras penalidades previstas legalmente.

Ciente, recebi em, ___ de _____ de _____.

ADVERTIDO(A), ASSINATURA E CPF

TESTEMUNHA, ASSINATURA E CPF

TESTEMUNHA, ASSINATURA E CPF
1ª VIA AUTUADO E 2ª VIA ARQUIVO

Publicado por:
Daniel Victor da Costa Santos
Código Identificador:7A38F8A5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 07/11/2022. Edição 3384
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>